

EDUCAÇÃO NACIONAL: ANCESTRALIDADE E PROJEÇÃO DE UM PROJETO DE DEMOCRATIZAÇÃO

Elaine Rodrigues¹

RESUMO: O objetivo deste texto é demonstrar que no Brasil, durante o século XX, evidencia-se a tese de que se renovam, por meio do recurso discursivo presente nos projetos educacionais, as esperanças depositadas na instituição educativa e em sua expansão, como alavanca para o desenvolvimento social. Metodologicamente, é feita a opção por uma regressão e por uma projeção temporal em relação a 1980. O problema foi abordado tomando-se a década da (re)nascente democracia como referência, por ser aquela que devolve à educação o papel de ser o elemento catalisador das transformações sociais rumo à reconstrução e modernização da nação. É um argumento que se apresenta com destaque e uniformemente nos discursos proferidos no meio educacional, quer sejam os construídos pelos órgãos oficiais, quer sejam eles proferidos pelos educadores.

Palavras-chave: educação nacional; nova república; democratização da educação.

EDUCATION IN BRAZIL: ANCESTRALITY AND THE DEMOCRATIZATION PROJECT

ABSTRACT: Expectations in the educational system and its expansion as a basis for social development have been renewed by means of discourse recourses in educational projects in 20th century Brazil. Regression and a time projection on the 1980s have been the researcher's methodology. The issue has been tackled by taking as a reference the decade in which a rebirth in democracy began to flourish. In fact, the contribution of democracy to education has been in providing it with a catalysis role within the context of social transformations towards the rebuilding and the modernization of the nation. The argument is constantly highlighted in the educational discourse produced by officialdom and by educators.

Key words: education in Brazil; New Republic; democratization of education.

Introdução

As idéias deste texto estão organizadas pela composição de dois itens, que são considerados como comparativos e aproximativos da mesma temática.

A primeira parte compõe-se da análise de algumas obras que são parte integrante de um cenário de idéias que se constituem no Brasil no início do século XX. São discursos que

¹ Professora Doutora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá – Paraná – CEP. 87020-030 – e-mail: elainerodrig@terra.com.br

consideramos importantes porque configuram um projeto para o desenvolvimento da nação no início do período republicano no Brasil. Segundo seus autores, a instituição educativa e sua expansão teriam o poder de estabilizar a sociedade e ou promover a ascensão social tão necessária, diante da “ignorância” que caracterizava a população brasileira. A educação, assim entendida, passa a ser defendida como panacéia social. Esses discursos não se produzem como algo isolado. Outras obras², publicadas a partir do final do período imperial, introduzem a discussão acerca da priorização do desenvolvimento da nação tendo como meio o avanço educacional.

Por meio dos textos de Mário Pinto Serva, Carneiro Leão e Anísio Teixeira, tencionase expor como a tese de que a “educação transforma a sociedade” não é algo novo no campo discursivo educacional brasileiro. Vale ressaltar que a veemência desse discurso, pela primeira vez no Brasil exposto, é tal que seus argumentos não se dissolveram; ao contrário, perpassaram o século XX e ousaram adentrar o século XXI.

Mário Pinto Serva foi jornalista e político brasileiro. Nasceu em São Paulo, em 1881, e faleceu em 1962. Fundou a Liga Nacionalista, o Partido Democrático e também o Partido Constitucionalista. Participou das revoluções de 1930 e 1932. Suas principais obras são: *Comunismo e Democracia*, *A Pátria Nova*, *A Renovação Mental do Brasil* e *A Educação Nacional*, livro publicado pela primeira vez em 1924.

Carneiro Leão, professor convidado de várias universidades estrangeiras e membro da Academia Brasileira de Letras, dedicou-se a estudos sociológicos e educacionais em geral. Escreveu aproximadamente 50 volumes, entre os quais: *O Brasil e a Educação popular*, *Problemas da Educação*, *Fundamentos de Sociologia*. Foi professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e da Faculdade Nacional de Filosofia. A ele se deve, de 1922 a 1926, a primeira grande reforma educacional, que pretendeu, também por primeira vez, modernizar o ensino primário no Rio de Janeiro. A obra, *Educação Popular*, com a qual trabalharemos é composta por várias conferências proferidas pelo autor entre os anos 1915-16, em São Paulo e no Rio de Janeiro, especificamente na Escola Normal de São Paulo, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na Faculdade de Direito de São Paulo, as quais vieram, em 1917, a culminar com a publicação do livro em questão.

Anísio Teixeira foi educador e publicista. Dentre os vários cargos públicos exercidos, foi secretário geral da CAPES (Companhia de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior) e diretor do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos). Publicou os livros *Educação para a Democracia: Introdução à Administração Escolar (1953)*; *A Educação e a Crise Brasileira (1956)*; *Educação é um Direito (1968)*; *Educação e o Mundo Moderno (1969)*; *Pequena introdução à Filosofia da Educação (1975)*. *Educação no Brasil*, texto com o qual trabalhamos, publicado em 1976, é uma coletânea de artigos, debates, conferências e palestras escritas e proferidas pelo autor, compreendendo o período de 1949 a 1968.

A segunda parte da reflexão se baseia em projetos desenvolvidos e implementados pela SEED³ do Paraná durante a década de 1980. Um dos documentos, no entanto, é datado do início dos anos de 1990.

O período de 1983 a 1987 foi o momento do primeiro Governo de Estado eleito pelo voto direto no Brasil depois de 1964, e também, o período da primeira geração de governadores do PMDB no Paraná: José Richa, e seu vice-governador João Elisio Ferras de Campos. No segundo momento, 1987-1990, o estado foi governado por Álvaro Dias e seu

² A título de exemplo: A Educação nacional de José Veríssimo foi publicada pela primeira vez em 1890 – início do período Republicano no Brasil e sua terceira edição somente em 1985 – período conhecido pelos historiadores como Nova República - VERISSIMO, José. **A Educação nacional**. 3º ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

³ Secretaria de Estado da Educação do Paraná

vice-governador Ary Veloso Queiroz, e no terceiro, entre os anos de 1990 e 1994, por Roberto Requião e seu vice-governador Mário Pereira.

A proposta pedagógica do primeiro governo pode ser definida como uma invenção, uma criação que objetivava resultar num universo reconhecidamente democrático no Paraná. Juntamente com outros estados – Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro -, o Paraná assume o discurso da redemocratização nacional pelo viés educacional.

Ao focar com maior ênfase o Estado do Paraná depara-se com os desdobramentos dos projetos elaborados para a nação, e em consonância com eles a SEED cria um discurso que os ratifica por meio da listagem e da divulgação de projetos que, acreditava-se, levados à prática, promoveriam a modernização educacional, e conseqüentemente se teria um país que, sob a égide da democracia, seria melhor.

O Paraná inventa, cria determinadas ações que são reproduzidas em outros Estados por serem compreendidas como um bom caminho para a efetivação da democracia no país. As estratégias educacionais que a SEED utilizava pretendiam levar o homem paranaense, e, na extensão do projeto, o brasileiro de forma geral, a se compreender como responsável pelos encaminhamentos de sua sociedade, o que uma vez mais reforça a crença no poder dos projetos educacionais.

Ser cidadão em uma democracia pressupõe assumir-se co-responsável pelo destino da nação. Frases assim, tão comuns e que não causam estranheza aos ouvidos, são, da mesma forma que em momentos anteriores ou ainda posteriores, quotidianamente proferidas no início da década de 1980 e recebidas como inovadoras. São palavras que, naquele momento e cenário, aparecem como vanguarda. O estado paranaense utiliza-se de todos os argumentos possíveis, apropriando-se inclusive de um discurso de tônica pietista.

1. A ancestralidade

Este item objetiva expor alguns dos elementos presentes no primeiro projeto de democratização para a nação brasileira. A síntese de seus fundamentos organiza-se na tese de que por meio do desenvolvimento e de expansão da educação e de suas instituições se modernizaria a nação. Esse discurso, produzido no final do século XIX e início do XX, constrói-se com base no princípio de que o ignorante seria a causa do atraso social⁴.

O Brasil, do início do século XX, tinha como desafio organizar-se de forma a superar seu atraso econômico e político, entendido, à época, ora como resultado da má vontade e injustiça dos dirigentes, ora como fruto da longevidade da “nefasta instituição” da escravidão, ora por “deficiências na formação do caráter da raça brasileira”, ora pela “inexistência de um regime político democrático”.

⁴ “No início do século XX a população do Rio de Janeiro era pouco inferior a 1 milhão de habitantes. Desses a maioria era de negros remanescentes dos escravos, ex-escravos, libertos e seus descendentes.” (Sevcenko, 1998, p.20) Para as autoridades “eles significavam uma ameaça à ordem, à segurança, e à moralidade públicas. Por essa razão foram proibidos os rituais religiosos, cantorias e danças associadas pelas manifestações rítmicas com as tradições negras e, portanto, com a feitiçaria e a imoralidade.” (Sevcenko, 1998, p.21.) Nenhuma impressão “marcou mais fortemente as gerações que viveram entre o final do século XIX e o início do XX de que a mudança vertiginosa dos cenários e dos comportamentos no âmbito das cidades.” (Sevcenko, 1998, p.514.) “A idéia das novas elites era promover uma industrialização imediata e a modernização do país a todo custo.” (Sevcenko, 1998, p.15). Nesse contexto estão inseridas as obras de Mário Pinto Serva, Carneiro Leão e Anísio Teixeira, autores que expressaram, por meio de seus discursos, argumentos que reforçam a necessidade de modernização da nação no período.

O discurso veiculado falava de um projeto modernizador que se objetivaria com a organização do trabalho livre e com um regime político correspondente a essa forma de trabalho - a democracia. A educação seria o instrumento que permitiria o encaminhamento dessas transformações.

Serva (1924) foi um dos pensadores expoentes que bem delineou as bases do discurso que defende a tese de que a educação seria o elemento modernizador da sociedade. Seu argumento se constrói em defesa da idéia de que a modernização nacional também dependia da consolidação da democracia, o que se faria à medida que a ignorância do povo fosse, pela educação, aplacada.

Serva (1924, p.12) defende essa idéia quando diz: “A evolução da civilização brasileira até aqui tem sido comparável à marcha do carro de boi”. O problema vital para a formação da civilização brasileira, segundo as reflexões do autor, residia no despertar das consciências, o que teria como conseqüência a construção definitiva da pátria brasileira. A sociedade brasileira, no início do século XX, apresentava-se atrasada. Diante dessa premissa, seu discurso defende,

a necessidade de educação em um sentido amplo, que abranja todos os brasileiros, que levante o nível de todas as classes, que leve a todos os cérebros, sem exceção, a luz do saber, que alcance a todos quantos vivem e respiram sob as cintilações do Cruzeiro do Sul ... A educação é o meio de habilitar o homem a ser feliz, corrigindo-lhe os defeitos e aperfeiçoando-lhe as qualidades naturais. (Serva, 1924, p.69).

Superar o atraso do país, romper definitivamente com a “ignorância reinante” no Brasil era uma tarefa que somente a educação, com seus fundamentos e com suas finalidades bem delineadas, poderia cumprir.

Denunciar a verdade social brasileira, para que se pudesse perceber a importância de uma educação tipicamente nacional, era preciso! Constatar que o século que completava a existência nacional havia sido falho, era preciso! Preocupar-se em desnudar as demandas da vida do, recém-nascido, brasileiro, era preciso! Por isso indagava Serva (1924, p.3): “Que é que se fez nesses cem anos pela saúde, pelo bem estar, pelo preparo, pela instrução, pela cultura do povo brasileiro?” Denotando indignação, o autor enfatizava seus ideais, questionando:

a saber o que é que se fez em bem do povo brasileiro nos cem anos decorridos. Como se encontram actualmente os brasileiros, physica, moral e intellectualmente? Em que estado de saúde, de cultura e de progresso civico? (Serva, 1924, p.4).

O Brasil já havia cumprido a tarefa de constituir-se em uma República; territorialmente, a sociedade brasileira já existia. “Confeccionar” o povo brasileiro, com características cívicas que fizessem do país uma nação brasileira era o desafio, para o qual, e pelo qual, o projeto de democratização deveria se configurar.

Os males sociais do Brasil residiam, primordialmente, na falta de instrução; apregoava-se o alfabeto como chave da civilização. Garantia-se, discursivamente, que sem o “alfabeto” não haveria no mundo civilização⁵, nem “sciencia”, nem progresso, nem cultura, nem civismo, nem patriotismo.

⁵ O conceito de civilização presente nesse discurso remonta à idéia de que civilizar o povo brasileiro seria um ato de adequação de seus comportamentos e costumes a condições mais favoráveis à implementação de uma sociedade industrializada.

Com um raciocínio fundamentado na tese de que todos os problemas nacionais assentavam, em última análise, no problema da educação popular, o autor reforça seus argumentos apresentando estatísticas sobre o percentual de analfabetos existentes no Brasil daquela época. Os números eram da ordem de 85,2% da população total do país. Esse índice era, para o autor, algo a causar desespero. Suas preocupações o faziam indagar, insistentemente, com relação à possibilidade de crescimento e evolução do país.

A preocupação em elucidar as condições pelas quais passava o povo brasileiro colocava-se, mais uma vez, como elemento justificador da tese de que, quando não há educação, quando não há um sistema nacional de educação, não há também possibilidade de desenvolvimento da sociedade, o que naturalmente implicaria dificuldade para a formação da nação.

O indivíduo, considerado pedra angular no alicerce para o crescimento do país, não tendo condições para educar-se, não poderia contribuir com o avanço da civilização, desequilibrando, dessa forma, a engrenagem que deveria mover a nação. O grande mal social da sua época era, para o autor, a ignorância da população gerada pela ausência de educação.

Quaisquer outros males sociais que fossem enumerados e detectados em território nacional seriam sempre decorrentes da ausência de escolarização, entendida como ausência de educação, a qual não era ofertada à população. O Brasil somente poderia considerar-se civilizado no momento em que conseguisse oferecer a ela uma instrução pública satisfatória.

A única saída para o país seria a construção de um projeto de educação nacional, apresentado como redentor. Para Serva (1924), a grande necessidade do país era começar o trabalho de educar a grande massa do povo. Essa seria a chave para o avanço social.

Pela via educacional o país se faria “civilizado” e “avançado”. Existia apenas um grande dever naquele momento, o de “difundir a educação em todas as classes do povo brasileiro”. (Serva, 1924, p.159)

Essa era a essência do projeto que Mário Pinto Serva propunha como saída para a crise social vivida pelo Brasil e seus nascentes brasileiros. O primeiro passo era educar a sociedade! Civilizar o povo! Assim, os vários segmentos sociais desenvolver-se-iam naturalmente. A educação seria condição “sine qua non” para o progresso social, e a organização das instituições educativas constituía-se em espinha dorsal da nacionalidade.

Pretendia Serva (1924) que o povo brasileiro, por meio do ensino, do aprendizado, se tornasse patriota a ponto de lutar por um ideal nacional, pelas riquezas nacionais; enfim, por tudo aquilo que pudesse fazer do Brasil uma nação civilizada. Integrar os brasileiros ao Brasil, fazer de cada indivíduo um ser capaz eram propósitos que deveriam nortear o trabalho educacional, para desenvolver mais rápida e facilmente a pátria brasileira.

No bojo da necessidade educacional, Serva (1924) aponta a cultura como uma grande aliada para sanar dificuldades no ato de veicular uma obra de dignificação moral, e, portanto, de sabedoria entre os homens. Essa seria uma das grandes armas na luta contra a situação em que se encontrava o país. Para que isso se realizasse, todos os homens deveriam, necessariamente, instruir-se. É o que o autor em tela nos coloca a pensar, quando afirma:

qualquer que seja o fim que tenhamos em vista nós não poderemos conhecê-lo e alcançá-lo sem o desenvolvimento progressivo e com o exercício das nossas faculdades intelectuais [...] O dever de todo homem é melhorar-se, é elevar-se, e para isso só há um meio, simples e fácil-lêr o que de melhor se disse e se pensou na humanidade inteira, em ciência, arte e filosofia. (Serva, 1924, p.10)

Apesar de expressar claramente sua compreensão sobre o caminho a ser seguido pela civilização brasileira, ele também demonstrava sua percepção sobre o quanto esse projeto se apresentava difícil e por vezes moroso, lento:

é preciso modificar a mentalidade secular do brasileiro, é preciso arranca-lo ao torpor da vida contemplativa, ociosa e inútil, transforma-lo em um homem de acção, esforçado, previdente e resoluto, acompanhando os acontecimentos mundiais e orientando-se rápida e promptamente. (Serva, 1924, p.40)

É retomada, uma vez mais, a fala do autor com o objetivo de reafirmar que o projeto educacional do início do século pautava-se na esperança de que o progresso, naturalmente decorrente da educação do povo, viesse a consolidar no Brasil uma nação de brasileiros, pois:

um paiz em que o povo não tem preparo elementar é naturalmente um paiz condemnado a estacionar, enquanto os outros marcham acceleradamente na senda da mais segura evolução. (Serva, 1924, p.207)

A cultura possibilitaria, por seu fazer, o desenvolvimento do intelecto humano. Um indivíduo intelectualmente instruído seria capaz de percepções criativas, de ações perseverantes, eficazes no combate à ignorância social.

Essa tese perpassa o século XX, e na década de 1980 é recolocada com base em um outro projeto de modernização social; dessa vez, como dantes já o fora, fundamentado nos postulados democráticos e nos fatores de equalização social. A democracia é, na referida década, conclamada a retirar a sociedade do caos em que se encontrava, cuja causa não era a escravidão, mas a ditadura militar, vivenciada pelo país nas duas décadas anteriores.

O grau de idealização e de esperança social criado, discursivamente, pelos recém-eleitos por voto direto (a grande novidade no país) dirigentes do país é, possivelmente, comparado ao que constatamos com a leitura dos pensadores do início do século.

O que há de fundamental na obra de Serva (1924), por ser elemento iluminador para a reflexão, é o fato de considerar, a criação de um sistema educacional, que abrangesse toda a população necessitada, como instrumento de modernização, de transformação social.

Esses discursos educacionais apresentados como propostas de ação que pretendiam interferir no processo social, favorecendo o desenvolvimento do Brasil do século XX, fazem-se presentes também Leão (1917), que em sua obra *Educação Popular*, aponta a necessidade da organização do processo educacional para a construção da sociedade democrática e para a realização do ideal republicano. Segundo o autor, os problemas que o Brasil enfrentava no início do século XX sé encontrariam solução na educação! Um povo só poderia ser verdadeiramente considerado “nação”, pelas demais nações, se pudesse contar com seu próprio prestígio e força, características adquiridas, segundo seu discurso, por meio da realização de um projeto educacional. É nessa perspectiva que a bandeira da educação popular adquire, pela primeira vez no Brasil, seu significado.

Outra questão apontada por Leão, e que se repetirá ao longo do século XX cada vez que o discurso educacional é remodelado, é a necessidade de formação, via instituição educativa, para o trabalho. Conforme Leão (1917, p.14), “o trabalho é condição única para sermos um dia uma nação respeitada e uma nacionalidade vitoriosa”. Educar, para Leão (1917), pode-se dizer, compreendia muito mais do que ensinar a ler e escrever. Seu projeto pretendia formar homens que, por meio do seu trabalho, sua capacidade e sua ação, influenciassem positivamente o destino do país.

As idéias de Leão (1917), que aqui brevemente são sintetizadas, somam-se às de Serva para representarem significativamente o teor argumentativo presente no discurso sobre educação no início do século XX, no Brasil, enquadrando-se no que a história da educação vem denominando Projeto de Educação para o Brasil República.

Anísio Teixeira, o mais célebre entre esses pensadores, diria, alguns anos depois, que a sociedade brasileira já vinha realizando a revolução democrática, tanto no campo econômico quanto no social, mas no campo educacional ainda havia a necessidade de realizá-la.

Estamos, ainda hoje dentro da “Revolução Brasileira”, que se inicia em 1930. Essa revolução foi, em essência, uma revolução democrática. Politicamente realizamo-la com o voto secreto e livre. Economicamente, estamos procurando realizá-la com a legislação social e projetos econômicos. Resta-nos ainda, entretanto, realizá-la, educacionalmente. (Teixeira, 1976, p.165)

Tal revolução, para Teixeira (1976), era fundamental, uma vez que resolveria problemas de ordem econômica e social. Segundo ele, o primeiro problema que precisaria ser equacionado na sociedade, antes do econômico e do social, seria o educacional, pois o bom desenvolvimento daqueles dependeria deste.

Todo problema social se resolveria pela educação, único elemento, segundo os argumentos do autor, capaz de oferecer igualdade de condições para a participação política e econômica na sociedade, dependendo o grau de sucesso que se alcançaria, única e exclusivamente, do mérito pessoal do indivíduo.

Teixeira (1976) lutava pelo ideal de oferecer a todos os cidadãos oportunidades iguais para se educarem e depois se distribuírem pelas ocupações, de acordo com sua capacidade e aptidão.

A classificação social posterior do aluno seria decorrente de seus méritos pessoais, que se desenvolveriam no e por meio do processo educativo. As características individuais eram por ele consideradas como o elemento diferenciador, uma vez que quanto mais inteligente fosse o aluno mais longe poderia ir. A escola teria a responsabilidade de definir a hierarquia social, posto que

em todos os países democráticos os sistemas escolares tendem assim a constituir um único sistema de educação, para todas as classes, ou melhor, para uma sociedade verdadeiramente democrática, isto é, sem classes fechadas, em que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais para se educarem e se distribuírem depois, pelas ocupações e profissões, de acordo com a capacidade e aptidões individuais demonstradas e confirmadas. (Teixeira, 1976, p.272).

A hierarquia social seria determinada pela educação. Na democracia, todos participariam de uma hierarquia social, organizada por méritos, conforme as capacidades individuais. Em outras palavras, a hierarquia social não dependeria da posição do indivíduo como detentor ou não do poder econômico.

Teixeira (1976, p.91) projeta no processo educativo a possibilidade de ascensão social, embora esse não devesse ser o objetivo primordial da educação, pois “a sua função é primeiro a de nos permitir viver eficientemente em nosso nível de vida e, somente em segundo lugar atingir um novo nível, se a nossa capacidade assim o permitir”.

O que significava “nos permitir viver eficientemente em nosso nível de vida” (Teixeira, 1976, p.91)?

A nova forma de complexidade da vida, inaugurada pela sociedade que no Brasil se apresentava nas primeiras décadas pós Proclamação da República, justifica, em princípio, sua afirmação. Interpretamos sua preocupação remetendo-nos à idéia de que o indivíduo pudesse existir desde que ele conseguisse “não desaparecer na sociedade do desemprego ou subemprego”. Viver e trabalhar com competência para ser reconhecido é necessário, na civilização moderna.

A civilização, que se almejava moderna, pressupõe uma educação para todos os indivíduos, como forma de permitir-lhes viver e compreender as novas exigências que se configuravam como modernizantes ou como resultado da modernização.

Nesse contexto, a educação primária vem a ser defendida como obrigatória e necessária para todos os cidadãos, como garantia de sobrevivência. O ensino primário, num primeiro momento, e depois, o secundário e superior, estendidos a todas as camadas sociais, asseguraria a igualdade de condições para que todos os níveis de inteligência, todas as aptidões e capacidades se manifestassem, e, com isso, manter-se-ia um corpo social organizado e funcional, o que, para o autor, seria o mínimo a se esperar da educação. Para ele,

a realidade é que a escola primária não pode ser simplesmente seletiva, mas precisa cuidar seriamente dos alunos de todos os tipos e todas as inteligências que a procuram – e que até obrigatoriamente a devem procurar – para dar aquele lastro mínimo de educação, capaz de nos estabilizar. (Teixeira, 1976, p.84).

A escola teria como função assegurar a estabilidade e a paz social, garantindo, no mínimo, a sobrevivência de cada um. Estabilizar a sociedade, para Teixeira (1976), significava oferecer a cultura necessária a diferentes camadas sociais. Em virtude do tipo de cultura em que se vivia, a escola deveria conceder a seus alunos as mais variadas oportunidades educativas, capazes de formá-los de acordo com suas aptidões e capacidades.

Ao resgatar a defesa do acesso de todos à educação, como forma de efetivar o estado democrático, procuramos demonstrar a função atribuída à educação a partir do século XX. O conteúdo do discurso educacional do início desse século, aqui representado pelas falas de Mário Pinto de Andrade, Carneiro Leão e Anísio Teixeira, define-se por atribuir poderes salvacionistas à educação.

2. A projeção

Algumas das teses sobre educação, retomadas com ares de novidade no período de 1983 a 1987, também se projetam no período que segue. De 1987 a 1990 acontecem desdobramentos dos propósitos firmados pelo discurso do documento *Políticas da SEED, fundamentos e explicitação*, editado no primeiro ano do governo Richa, e configuram elementos interessantes à reflexão comparativa com os autores aqui selecionados, por escreverem suas contribuições no início do século XX e por suas teses terem perpassado todo o século.

O documento, *Projeto Pedagógico 1987-1990* foi produzido na gestão do governador Álvaro Dias, cujo secretário de estado da Educação era o Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor. Sua principal preocupação, sublinhada no documento, era agir no sentido de evidenciar que nada era mais urgente e importante que a priorização de um projeto pedagógico para o Paraná. Afirmava com veemência que nenhum outro aspecto da administração conseguiria ser plenamente coroado de êxito se suas ações não resultassem em melhorias de oportunidades educacionais. O secretário de Educação afirma, na apresentação do documento:

Nada é mais urgente e importante. Um Estado como o nosso, que aspira simbolizar um Brasil diferente, não pode aceitar passivamente a permanência de padrões educacionais como os que apresentamos: melhores que os nacionais mas deprimentemente longínquos dos atingidos por outros países, nos quais – independentemente de nível econômico ou regime político – a educação já encontrou seu lugar merecidamente nobre nas preocupações da sociedade e de seus governantes. (Paraná, 1987, p.6)

Para a viabilização do projeto, seus elaboradores propunham duas linhas de prioridade, uma no campo pedagógico e outra no administrativo. A preocupação primeira estava no campo pedagógico, sobre o qual se argumentava:

No campo pedagógico, nossa preocupação fundamental está voltada nos próximos anos para um binômio: os passos iniciais do processo educacional; notadamente as duas primeiras séries do 1º grau, no qual o projeto fundamental da Secretaria de Estado da Educação será a implantação do ciclo básico de alfabetização; e o fortalecimento da formação e aperfeiçoamento de docentes, seja mediante a reformulação das escolas de magistério ou a capacitação dos docentes já prestando serviços à rede estadual. (Paraná, 1987, p.6).

O projeto educacional paranaense apresentava dois objetivos bastante definidos; eram eles:

dar às escolas a maior autonomia possível em relação à gestão de seu cotidiano, concentrando recursos na própria escola para que a administração do dia-a-dia seja desburocratizada e simplificada, e aproximar a escola de sua comunidade para garantir-lhe uma verdadeira inserção no tecido social e assegurar que a escola responda de maneira efetiva àquilo que a comunidade espera. (Paraná, 1987, p.6)

Demonstrados os objetivos do projeto, o Sr. secretário conclui sua apresentação no documento, afirmando que eles seriam alcançados

através da interação entre os diversos aspectos da atividade educacional, que atingiremos com a ajuda de Deus e a colaboração decidida e entusiástica dos educadores e administradores do Paraná, um avanço realmente significativo na educação paranaense. (Paraná, 1987, p.7)

Destaca-se, inicialmente, o item destinado à apresentação do documento em questão porque ele representa um delineador, um contorno ao conteúdo do documento, evidenciando o propósito que impulsionou sua elaboração. Torna-se óbvio, mas não desnecessário, afirmar que as ações desenvolvidas pela SEED, baseadas nos objetivos traçados pelo documento, não refletem diretamente os propósitos afirmados nesse discurso.

Quando se elabora um documento tem-se, idealizadamente, um campo de ação para os objetivos que pretende alcançar, o que muitas vezes, como neste caso, se desfaz no fazer pedagógico, reconfigurando um novo fazer e com ele novos saberes, e então, nem contando com a **ajuda de Deus**⁶ se podem eliminar as contradições, as dificuldades de manutenção prática das idéias constitutivas do discurso do documento.

Os itens que seguem após a apresentação do documento são:

Introdução , Uma abordagem histórica, Concepção educacional, Realidade educacional paranaense, Políticas operacionais: dimensões administrativa e comunitária da ação educacional, Proposta de ação pedagógica, Considerações finais, Organograma. (Paraná, 1987, p.3)

Cada um desses itens, e a própria estrutura que eles imputam ao documento, já configura indícios a partir dos quais podemos refletir em que perspectiva educacional o

⁶ Essa expressão foi utilizada pelo secretário de Educação, no item apresentação do documento Projeto Pedagógico 1987-1990.

conteúdo dessa proposta se ampara. A estrutura organizacional privilegia, indiscutivelmente, o contexto social em que a realidade educacional se caracterizaria. Parte-se da dimensão socio-econômica para entender a educativa, a qual é vista como algo produzido pela sociedade.

O documento inicia com uma abordagem histórica referente à situação educacional do país. Em um segundo momento discute a concepção educacional acerca da qual se está propondo o projeto. Em terceiro lugar, situa-se a realidade educacional paranaense, para, somente nos itens finais, tratar das propostas e políticas propriamente relacionadas à escola, ao ensino.

Essa perspectiva constrói a noção do cidadão que se pretendia formar, por conseguinte, o conceito de cidadania que se ensinaria ao educando teria por princípio elementos que o remetessem ao seu meio social, inculcando-lhe responsabilidades acerca de seu papel enquanto agente participante do processo social. A redação do texto é esclarecedora quando afirma:

trata-se de um projeto que concebe a educação como voltada para preparar e formar os indivíduos através de transmissão e produção de conteúdos significativos que garantam o aprofundamento e o domínio dos princípios científicos, tecnológicos, filosóficos e artísticos socialmente elaborados, para a construção de cidadãos críticos e participantes do processo de transformação social.(...)a postura de uma escola democrática visa à preparação do educando para a democracia, elevando sua capacidade de compreensão, a fim de entender a realidade vivida e poder interferir nas ações da sociedade, transformando-a. **O fator preponderante para a melhoria da qualidade de vida dos educandos frente à realidade vai depender de seu grau de consciência crítica, de sua preparação e de sua decisão política.** Esse perfil de escola exige educadores comprometidos com a sua tarefa e conscientes da responsabilidade que lhes foi confiada, além de uma infraestrutura adequada, de modo a ter assegurados os elementos indispensáveis em relação às condições físicas do real funcionamento de serviços necessários, que propiciem aos professores e alunos ambiente apropriado ao desenvolvimento de um trabalho. (Paraná, 1987, p.7 – grifo nosso).

O cidadão que a escola paranaense, desse período, almejava deveria forjar-se com o objetivo de dar sustentação a uma sociedade democrática (re)nascente. A intenção de ensinar ao educando como ser um cidadão, criticamente consciente de seus direitos e deveres, pautava-se em um conceito de cidadania que entendia o homem como um ser socialmente constituído. Parece-nos que o quadro se resumiria com a idéia de que o institucional, representado pelo Estado, estaria incorporando a mentalidade de uma época tipificada pelo resgate dos direitos que somente a democracia poderia consolidar.

Ao resgataremos o teor argumentativo desse material fomos nos perguntando: As ditaduras ainda eram necessárias? Realizar a transição democrática, resgatar o cidadão crítico era realmente uma questão social, desencadeada por uma necessidade social? E a escola? Qual o seu real poder de formação para essa cidadania? Por que os documentos oficiais produzidos por órgãos governamentais, como a SEED por exemplo, assumem o discurso da formação do homem criticamente pensante, reivindicador de seus direitos, como objetivo, como meta?

A configuração do momento pós-ditadura militar, ou ainda o que se convencionou chamar abertura política, proporcionou à Secretaria de Educação condições para o estabelecimento de diretrizes educacionais inspiradas nas chamadas pedagogias progressistas. A política proposta pela SEED significou um avanço para a educação paranaense, que passou

a capacitar seu professor tendo como princípio um conceito de cidadania que formasse um aluno capaz de se entender enquanto um ser socialmente constituído.

O próximo documento com o qual dialogamos significa a ruptura com esse cenário educativo. Instaura-se a descrença em um conteúdo unificado, elaborado com base em um saber socialmente acumulado, passando-se a discursar sobre a necessidade de se reivindicar uma pluralidade pedagógica nas escolas. Entretanto, a tese essencial, a tese que impõe à educação a tarefa de redentora dos males nacionais permanece.

O documento *Paraná: Construindo a escola cidadã* é produzido no ano de 1992. Seu conteúdo caracterizador se difere daquele veiculado pelo texto do documento *Projeto Pedagógico 1987-1990*.

As observações acerca desse documento logo se iniciaram destacando-se a idéia de que sua elaboração prioriza o universo escolar como um organismo autônomo, constatação bastante simples e já realizável quando da leitura dos itens de seu sumário. Observe-se, então, como estão dispostos:

- 1 – A escola numa perspectiva democrática da educação
 - como valorizar o trabalho escolar?
 - como melhorar os serviços prestados pela escola?
- 2 – Alguns retratos das escolas do Paraná
 - organização do trabalho na escola
 - o currículo na prática escolar
 - temas gerais
 - elementos inovadores em cada disciplina
- 3 – Perspectivas marcantes das escolas do Paraná
 - dar a público o trabalho da escola
 - respeito à diversidade cultural
 - o trabalho como princípio educativo
 - aprendendo a trabalhar interdisciplinarmente
- 4 – O projeto político-pedagógico da escola
 - da importância e necessidade do projeto político-pedagógico das escolas
 - o que é projeto político-pedagógico
 - como se constrói o projeto político-pedagógico. (Paraná, 1992, p.4)

A simples leitura do sumário já é suficiente para se perceber que sua formulação pautou-se no cotidiano escolar. Objetivando sanar a problemática circunscrita ao universo escolar estabeleceram-se linhas de ação e parâmetros instrucionais. Cabe aqui destacar que, em termos comparativos, passa a existir um rompimento com o projeto pedagógico anterior, o qual abordava as questões escolares como decorrentes da dinâmica que se vivenciava, tendo seu conteúdo e suas linhas de ação definidas com base em conhecimentos acumulados socialmente. A ruptura pode ser exemplificada por esta passagem:

a escola não pode fechar-se apenas em torno da função de transmitir o saber aos alunos. [...] A escola do Paraná é um espaço reservado à educação das crianças e jovens. A eles deve assegurar a possibilidade de desenvolvimento global da personalidade que é evidenciado nos aspectos instrucionais (conhecimento), técnicos (habilidades) e axiológicos (valores e atitudes). O que importa é a formação do cidadão. **O auto-retrato que as escolas enviaram à Secretaria revela a existência de ambientes sadios e dinâmicos, dentro dos quais, professores, sentem prazer em ensinar, e alunos, alegria em aprender.** (Paraná, 1992, p.6 – grifo nosso).

O texto-documento continua expressivo, quando adverte “que não se deveria buscar no documento nova formulação teórica ou ideológica” (Paraná, 1992, p.4). A argumentação nele contida não pretendia servir de fundamento político-ideológico, o que separa o universo criado no interior da instituição escolar e aquele representado em outras instituições sociais. Esses parâmetros não eram considerados desnecessários, mas eram vistos como algo que cada escola deveria construir, de acordo com sua realidade. Os secretários de Educação afirmavam ser de sua responsabilidade “minimizar o jugo burocrático do sistema de controle que aborrecia aqueles que, de fato, produziam o ensino, e maximizar, no seu ambiente de trabalho, possibilidades de encantamento com aquilo que faziam”. (Paraná, 1992, p.1).

Reafirmando essa meta, colocava-se a SEED como sendo a instância que deveria mobilizar a totalidade do poder de ação do magistério para cumprir determinado programa; entretanto, à Secretaria de Educação caberia deixar o professor livre para escolher instrumentos e caminhos. (Paraná, 1992, p.11).

Toda a ação da SEED estava voltada para a “descentralização do poder, ampliando a autonomia administrativa e financeira das escolas bem como buscando incentivar a participação da comunidade escolar no projeto pedagógico da escola e na escolha dos seus diretores”. (Paraná, 1992, p.4)

Nessa mesma linha de raciocínio, entendia-se que

se a escola ainda tem alguma qualidade, essa deve-se principalmente à dedicação e ao esforço do magistério. Por isso, continuamos com o firme propósito de promover e apoiar iniciativas e experimentos voltados para a inovação educacional e para a autonomia, constitutivos essenciais do projeto pedagógico das escolas, visando desenvolver práticas pedagógicas que respeitem a pluralidade filosófica e cultural de nossas comunidades. (Paraná, 1992, p.4)

E novamente afirmava-se que a Secretaria de Educação tinha uma “... grande preocupação... [em]... elaborar... [uma]... política educacional pautada na escuta atenta das demandas da rede, sem querer impor soluções milagrosas.” (Paraná, 1992, p.4)

O intuito era

valorizar o magistério, assegurando melhoria dos ganhos, apoio à toda espécie de criatividade docente, voltada à melhoria do trabalho nas escolas, capacitação permanente e respeito ao trabalho em andamento. (Paraná, 1992, p.8)

Seguindo essa linha de raciocínio, não se faz descabido afirmar que aquilo que, aparentemente, propunha sanar todas as inquietações dos docentes, porque vinha se conformar à idéia de que as diferenças precisavam ser respeitadas, efetivou-se de maneira a esvaziar a idéia de uma escola unitária, capaz de contribuir na formação de um cidadão socialmente constituído, como instituído e instituinte.

O instituído⁷ é importante e necessário, porém, não é suficiente. É vazio sem o vigor do instituinte⁸. É este que, como projeto pedagógico de construção coletiva pelos agentes do processo educativo, no interior da escola, se configura como algo que não é e nem pode ser dado por algo ou por alguém, mas pressupõe um contexto

⁷ O instituído são as normas, sistemas de valores considerados como unificadores das ações no interior da escola e em todas as escolas... é o que está dado, entendido como o sistema explicitado para a organização e condução da educação.

⁸ O instituinte são as pessoas envolvidas na vida da instituição, expressando suas vontades, construindo e reconstruindo espaços de ações num processo interativo no meio em que atuam.

livre de limites impostos, onde possa fazer-se possibilidade de participação de todos.... O fim da educação é a formação do indivíduo autônomo. Mas o que é um indivíduo autônomo? E, no plano coletivo, o que é uma sociedade autônoma? Pensa e age autonomamente o indivíduo que não é dominado pelo discurso ou pela vontade do outro. A escola cidadã, formadora do indivíduo autônomo, alimenta-se do discurso do outro, mas o reelabora para torná-lo seu, para que não fale e não pense como o outro, como ocorre com o indivíduo alienado. (Paraná, 1992, p.10)

Essa proposta pedagógica afirma textualmente que a autonomia conduz diretamente à cidadania⁹, e em apropriando-se de uma determinada definição de autonomia, estabelece as balizas do novo cidadão, advertindo:

autônomo não é o indivíduo isolado. Pelo contrário, autônomo é o sujeito ativo, sujeito da práxis. Se lutamos pela autonomia é porque a desejamos para todos. Uma sociedade autônoma é uma sociedade autocontrolada, autodirigida, autogestada, onde suas instituições, como a escola, promovem e facilitam a autonomia individual. (Paraná, 1992, p.10)

Tomando como parâmetro o princípio da autonomia, o cidadão seria, então, um ser construído por uma escola que se fundamentaria em saberes autodenominados plurais. Desconsiderava-se a noção, advinda do documento denominado *Projeto Pedagógico 1987-1990*, de que os indivíduos são uma derivação do coletivo e, como tal, estão presos ao senso comum e a uma visão de mundo constituída pela forma como este tem acesso à cultura.

Paraná: Construindo a escola cidadã é um projeto cujo enfoque principal se deu por meio de uma coleta de dados realizada por intermédio de cinquenta e três dossiês¹⁰ elaborados pelas escolas da rede pública, e que foram tomados como pressuposto fundamental para uma reflexão e para a estruturação das estratégias de melhoria das questões relativas ao ensino – capacitação docente, por exemplo. O projeto se auto-define como renovador por valorizar o fazer escolar específico que cada dossiê apresentou, apregoando-se como coadjuvante na construção e manutenção da autonomia necessária para que a escola pudesse encontrar o próprio conhecimento a ensinar.

O Paraná, entendia a SEED, a partir desse documento e em se tratando das questões relativas à educação, comportava-se como aquele que, acertadamente, passava a fazer parte do cenário de uma época que seria marcada por uma explosão descentalizadora¹¹ e emancipadora nos sistemas de ensino.

Paraná: Construindo a escola cidadã seria, então, o documento que permitiria o ecoar da Constituição Cidadã, seria a resposta paranaense àquilo que se exigia de uma formulação pedagógica no tocante às responsabilidades estatais na construção da cidadania brasileira.

Em termos comparativos, os significados das formulações acerca das preocupações com a formação do cidadão, em consonância com o projeto de democratização do país, não são distintos nesses documentos, apesar de estarem, aparentemente, trabalhando com conceitos diferenciados.

⁹ Documento Paraná: Construindo a Escola Cidadã. (Paraná, 1992, p.10).

¹⁰ O documento cita o número e a forma como estes dossiês foram constituídos, entretanto, não consegui localiza-los nos arquivos consultados, forma estes: Biblioteca pública municipal de Curitiba; Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Arquivo público do Estado do Paraná, Biblioteca pública municipal de Maringá; Biblioteca do Instituto de Educação de Maringá, além de algumas bibliotecas setorializadas na cidade de Maringá e na cidade de Curitiba.

¹¹ Vale lembrar a experiência da cidade de Maringá implementada nesse mesmo período - **Escolas Cooperativas**.

A análise, que faremos, primeiramente entre os dois projetos, insere-se essencialmente em seus princípios formuladores. O primeiro deles – *Projeto Pedagógico 1987-1990* – procura entender o universo escolar como uma realidade que somente se explica em relação a outras instâncias sociais. O segundo – *Paraná: Construindo a escola cidadã* –, evoca um olhar para o interior da escola, para aquilo que o documento denomina escola vivida; entretanto, nenhum dos dois documentos retira da educação a responsabilidade pela equalização social.

Um segundo momento comparativo, posso ser estabelecido ao incluir em nosso foco de considerações os autores do início do século XX. Nos dois momentos, o do início e o do final do século, o que fortemente, por meio do poder da linguagem, evidenciado no discurso é a crença na educação como elemento primordial para se construir (como é o caso do início do século) ou para se reconstruir (situação vivida nas duas últimas décadas do século XX) a democratização da sociedade. A aclamação à educação como redentora social é um elemento inegável quando elencamos os argumentos que formam o discurso político-educacional.

Na década de 1980 esse discurso está cristalizado e acentuado nas diferentes fases da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, com ênfase naquelas eleitas com o rótulo de oposição. No início do século isso estava posto nas falas dos deputados e intelectuais, homens que pretendiam modernizar a nação, o que os faz direcionar suas obras objetivando equacionar o problema da educação no país. Somente pela via educacional o Brasil tornar-se-ia nação. Todos os brasileiros precisam lutar arduamente por esse ideal. A consequência dessas ações seria a construção de um povo civilizado, de um verdadeiro Estado Nacional. A educação seria o remédio para todos os males sociais.

Vivencia-se o início do século XXI, uma época em que o significado de alguns conceitos importantes para a compreensão do fenômeno educacional banalizam-se em razão de sua excessiva utilização. O convencimento pelo poder da argumentação lingüística tornou-se algo a se temer. O distanciamento entre o discurso e seus desdobramentos práticos constitui-se em mais um campo de pesquisa e, conseqüentemente, de análise.

Conceitos são abstrações e abstrair implica separar mentalmente para tomar em consideração. O ato de considerar pressupõe que o entendimento de um conceito se faça com base na formulação de alguns questionamentos que são advindos da própria situação em que foram empregados.

As noções de democracia, cidadania, projeto político-pedagógico envolvem conceitos/categorias que, por freqüentarem assiduamente o discurso modernizador do século XX, assumiram significados por vezes excessivamente positivos. Quase como magia, esses termos se especificam no interior de projetos e contextos sociais diferentes, e vão se amoldando, se remodelando. Durante o século XX foram se renovando, ao renovar a tese de que a educação, quer seja como instituição reconhecida como necessária – final do século –, quer seja como elemento social, ainda não institucionalizado, ainda lutando por seu reconhecimento – início do século –, pode ser compreendida pela forma e pelo conteúdo de sua aclamação nos discursos que a tratam como panacéia social.

Referências

APP. Caderno Pedagógico: **A educação no século XXI**, out. 1997. [publicação comemorativa dos 50 anos da Associação de Pais e Professores. Sindicato].

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n.20, de 15-12-1998. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

PARANÁ. **Políticas da SEED-PR: fundamentos e explicitação**. Curitiba: SEED, ago. 1983.

- PARANÁ. **Projeto Pedagógico**: 1987-1990. Curitiba: SEED, 1987.
- PARANÁ. **Paraná: construindo a escola cidadã**. Curitiba: SEED, 1992.
- BOBBIO, Norberto. Democracia e Ditadura In: **Estado, Governo e Sociedade**: por uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão? 5.ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1997.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. Cortez; Niterói, RJ: EDUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, Freud e Marx**. 4.ed. Trad. Jorge Lima Barreto. São Paulo: Princípios, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3.ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- HOFF, Sandino. As diretrizes educacionais no estado do Paraná de 1962 a 1983: reflexões. **Revista Unimar**, Maringá: Universidade Estadual de Maringá, v.15, n.1, p.21-29, abr. 1993.
- IPARDES. Fundação Edison Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba, 1989.
- LEÃO. Carneiro A. **O Brasil e a educação popular**. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1917.
- RODRIGUES, E. A invenção da democracia no Paraná. 1983 a 1987. Assis, 2002. 273p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Assis, Universidade Estadual Paulista.
- RODRIGUES, Marly. **A década de 80, Brasil**: quando a multidão voltou às praças. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.
- SERVA, Mário Pinto. **A Educação Nacional**. Pelotas: Editora Livraria Universal, 1924.
- SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio 513. In: _____ (Org.). **História da vida no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.513-620.
- SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do professor. In: _____. (Org.). **História da vida no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.7-48.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 1976.